



# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

## Programa de Ação - CJRMB

---

***Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento***

**Corregedora da Região Metropolitana de Belém – TJE/PA  
Biênio 2007 / 2008**

## Metas – Biênio 2007/2009



- **Metas Imediatas**

- Estímulo a novos canais de comunicação (uso de TI);
- Atualização e aprimoramento do Banco de Dados;
- Identificação de instrumentos e indicadores subsidiários à ação correcional;
- Atuação integrada (Capital / Interior);
- Uniformização de procedimentos;
- Padronização de informações.

## Metas – Biênio 2007/2009



- **Metas Mediatas**

- Atividade correccional preventiva;
- Acompanhamento sistemático dos resultados da correição;
- Correição on-line;
- Justiça sem Papel

## Diagnóstico do contexto observado



- Em 01 de fevereiro do corrente ano, a CJRMB exercia uma atuação que priorizava as ações presenciais as quais, de forma alguma, resultariam na consolidação de dados confiáveis para a implementação de mecanismos de controle das diversas unidades judiciárias componentes da Região Metropolitana de Belém .
- Não havia instrumentos adequados ao levantamento de informações em tempo real que pudessem viabilizar maior celeridade na tomada de decisões.
- Qualquer solicitação de informação, nos mais variados setores, acarretavam quase sempre em necessidade de retrabalho de apuração de dados obtidos em momento pretérito.
- Caso ilustrativo: estatística sobre presos provisórios.

## Estatística sobre “presos provisórios”



- No mês de Março do corrente, ao precisar responder de imediato a questionamentos que se referiam a presos provisórios no Estado do Pará, buscamos as informações necessárias no Sistema de Acompanhamento de Processos de Tribunal de Justiça – SAP XXI, que teoricamente poderiam ser reveladas pela geração de relatório simples (Relatório de Histórico da Parte).
- No entanto, identificamos nesse momento, as deficiências das informações ali contidas.
- A realidade observada conduziu à necessidade de se fazer uma análise detalhada, solicitando informações à Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará – SUSIPE, bem como as diversas varas penais do Tribunal de Justiça.
- A situação impunha o cruzamento das informações repassadas com as informações disponíveis no Sistema SAP XXI.
- O resultado foi a identificação de divergências numéricas significativas provocadas, única e exclusivamente, pela falta de alimentação adequada do referido Sistema.
- Diante disso, tornou-se necessária a expedição de norma regulamentadora, tornando obrigatória a alimentação diária do Sistema SAP XXI, determinando, inclusive, prazo para atualização dos dados processuais.
- Tal determinação materializou-se através da publicação do Provimento nº 001/2007-CJRMB (anexo 1).

## Retomando as metas.



- Uma vez identificado de forma clara que não possuíamos instrumentos e indicadores subsidiários à ação correcional, tampouco um banco de dados confiável, fez-se necessária uma reavaliação de prioridades e cronogramas.
- Durante a elaboração do Provimento realizamos um estudo acurado do sistema em si e do seu uso através da observação do funcionamento das unidades judiciárias e de entrevistas com magistrados, serventuários e servidores do TJE.
- Após, com o apoio da Secretaria de Informática do Tribunal, gestora do SAP XXI, demos início a um projeto preliminar a partir do qual, os dados coletados no sistema possibilitariam a emissão de relatórios gerenciais por meio dos quais tanto o juiz quanto o diretor de secretaria poderiam ter uma visão geral do movimento da unidade judiciária que está sob sua responsabilidade.
- A perspectiva é de provocar uma mudança cultural nos operadores do direito, no âmbito da RMB, abrindo as portas do Poder Judiciário para a administração por resultados.

## Os Relatórios



- Vistas ao representante legal.
- Ultimo despacho de todos os processos;
- Tramitação interna – ultimo tramite;
- Tramitação interna – local interno;
- Resenha de despacho;
- Remessa de processos;
- Relatório de armas;
- Processos sem movimento;
- Processos por tipo de vara e classe;
- Processos não devolvidos;
- Processos em andamento;
- Processos conclusos;
- Processos atuados;
- Processos arquivados;
- Histórico das partes;
- Estatístico de juiz;
- Estatístico de despacho;
- Audiências;
- Anual/mensal de distribuição/redistribuição;

Ao lado apresenta-se uma amostra dos relatórios disponíveis.

Temos viabilizado, de acordo com a necessidade observada, a criação de novos modelos, que adotam fórmulas específicas considerando as variáveis ocorrência e tempo, sendo possível, inclusive o desdobramento de cada um dos relatórios disponíveis obtendo resultados minuciosos acerca das diversas demandas manifestadas.

## Relatórios / Resultados



- O detalhamento obtido através dos relatórios proporciona ao gestor a identificação de nós críticos, bem como induz à busca de soluções que objetivam dar maior celeridade à prestação jurisdicional e, em consequência, retorno satisfatório ao jurisdicionado, fortalecendo a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Ademais, a partir da emissão de relatórios, pode-se fazer uma análise prévia da situação de cada vara, o que facilita, sobremaneira, o processo de correição ordinária, uma vez que a grande maioria das situações problema já vão devidamente identificadas pela comissão correcional, não necessitando, com isso, a paralisação das atividades desenvolvidas pelos serventuários.
- **Neste diapasão estamos retomando as metas do biênio, ao passo que estamos realizando:**
  - Atualização e aprimoramento do Banco de Dados;
  - Padronização de informações;
  - Atividade correcional preventiva;

## As Correições Ordinárias



- Com a implementação do Provimento nº 001/2007-CJRMB e o desenrolar das correições ordinárias, diversas demandas apresentaram-se para análise e avaliação por parte desta Corregedoria.
- Uma das demandas versa sobre a padronização de despachos e documentos e a possibilidade de produzi-los dentro do próprio Sistema SAP XXI.
- Diante disso, a comissão elaboradora dos documentos, agora, volta suas atenções para definir despachos padronizados, os quais comporão o sistema informatizado, permitindo a utilização de uma linguagem uniforme para os textos mais largamente utilizados no cotidiano judicante.
- De volta as metas do biênio, desta vez:
  - A Uniformização de procedimentos;
  - Justiça sem papel (ainda que embrionária).

## Outro diagnóstico não menos importante



- Paralelamente existe outro trabalho sendo desenvolvido com equipe auxiliar.
- Temos verificado também a importância de tornar uniforme a organização física das Secretarias Judiciais, o que certamente racionalizará a utilização do tempo no desempenho das atividades inerentes às Secretarias.
- Observamos no decorrer das correições a necessidade de isolamento da área destinada ao atendimento do público evitando a interrupções na área de produção propriamente dita
- Novamente nos reencontramos com as metas do biênio, agora:
  - Acompanhamento sistemático dos resultados da correição;

## Projeto de *Micro Gestão Judiciária*



Nesse sentido, estamos desenvolvendo projeto batizado, previamente, Micro Gestão Judiciária, onde serão analisados e cuidadosamente estudados os pontos críticos de cada unidade.

A idéia é que esses pontos sejam identificados pelos próprios servidores da atividade fim, uma vez que somente a partir da realidade fática é que poderemos adotar medidas com reais possibilidades de execução e que oportunizem resultados satisfatórios quanto ao incremento da prestação jurisdicional efetiva e célere.

## Projeto de *Micro Gestão Judiciária*

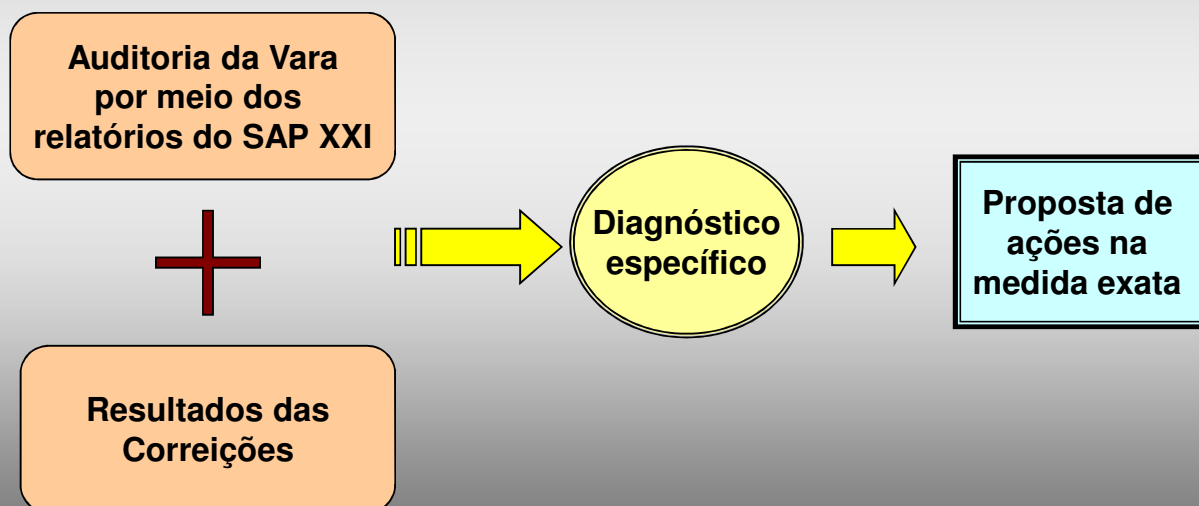


- Ainda em construção o projeto se pauta em 5 vertentes principais a serem implementadas nas unidades judiciárias:
  - **Organização**
  - **Adoção de metas e padronização de procedimentos**
  - **Capacitação de pessoal**
  - **Motivação**
  - **Acompanhamento**

## Projeto de *Micro Gestão Judiciária*



- A operacionalização do projeto ocorrerá à medida em que as correições forem realizadas. Neste sentido considerando o calendário de correições, 2007 para Varas Criminais e 2008 para Varas Cíveis, temos:



## Projeto de *Micro Gestão Judiciária*



- Em última análise o projeto pretende introduzir o método de Administração por Resultados, com vista ao aprimoramento da prestação jurisdicional efetiva e célere. Contudo tal método é pouco ou nada conhecido pelo nosso público interno.
- Nunca estivemos alheios ao fato de que qualquer mudança gera resistência. Assim para superar as reações em contrário, temos buscado criar uma atmosfera de cooperação em que todos os envolvidos no processo dele participem.
- Reuniões de trabalho com Diretores de Fóruns, Juízes, Serventuários, Assessores, Servidores e terceirizados com a Corregedoria têm sido uma constante nesta ação de convencimento pela necessidade de evoluir.
- O primeiro paradigma já foi rompido. A grande maioria dos juízes já admite a importância da utilização de mecanismos de gestão judiciária para a eficiência da prestação jurisdicional.
- Sabemos que a atividade judicante vem acumulando ao longo de anos um passivo social imenso, e que é absolutamente necessário que esta responsabilidade seja encarada com a devida urgência e compromisso, caso contrário estaremos aumentando ainda mais o fosso que hoje nos separa da sociedade.